

PNI: Da Erradicação da Varíola à Superação da Hesitação Vacinal



Glilciane Morceli

Enfermeira. Pós-doutorado em Enfermagem Obstétrica pelo Programa de Pós-Graduação em Tocoginecologia (2015)-UNESP/Botucatu. Docente do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG/Unidade Passos, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8216-9931>

A história da imunização no Brasil tem início na década de 1960, quando, por meio da vacinação em massa, foi possível erradicar a varíola. Na sequência, em 1973, por determinação do Ministério da Saúde (MS), foi formulado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), com o objetivo inicial de coordenar as ações de imunização, que até então eram descontinuadas, esporádicas e com reduzida área de cobertura. Em 1975, o PNI foi institucionalizado pela Lei nº 6.259, com a instalação permanente das atividades de vacinação.

Em 1980, ocorreu a 1ª Campanha Nacional de Vacinação Contra a Poliomielite, com a meta de vacinar todas as crianças menores de cinco anos em um único dia. Em setembro de 1994, o Brasil e os demais países da Região das Américas receberam o certificado de erradicação da poliomielite e do vírus selvagem. Desde então, o PNI tem alcança-

do êxito nas ações e estratégias de vacinação, como a eliminação da poliomielite, da síndrome da rubéola congênita e do tétano neonatal, além da prevenção de outras doenças imunopreveníveis, como difteria, coqueluche, tétano acidental, hepatite B, meningites, febre amarela, caxumba e formas graves de tuberculose e rubéola.

Apesar do sucesso do PNI na redução dessas doenças nas últimas décadas, os movimentos antivacinas e a hesitação vacinal por parte de pais e familiares têm afetado a taxa de cobertura vacinal, expondo a população ao risco de contágio. Essa hesitação resultou em 7.718 casos de sarampo em 2020 no Brasil e foi agravada pela pandemia da COVID-19. Além disso, persistem desafios relacionados ao medo de reações adversas, à desinformação, às crenças pessoais, às contraindicações feitas por profissionais da saúde, à influência de amigos e familiares, e

à dificuldade de acesso aos serviços de vacinação devido à distância e aos horários de funcionamento das unidades.

Mesmo diante dessas dificuldades, o PNI mantém uma trajetória exemplar na área da imunização. Uma parte expressiva da população continua aderindo às ações de saúde propostas pelo programa. A partir de 2023, foram instituídas ações para superar tais obstáculos, como: instituição do Movimento Nacional pela Vacinação, adoção do micropiloneamento, modernização e expansão da rede de frio e do complexo industrial de saúde, aprimoramento da Rede Nacional de Dados em Saúde, promoção da farmacovigilância de vacinas e outros imunobiológicos, implantação do programa Saúde com Ciência e fortalecimento da vigilância de doenças imunopreveníveis.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde [Internet]. [cited 2025 May 15]. Programa Nacional de Imunizações. Available from: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/pni>
2. Boletim Epidemiológico Vol. 51 no 34 — Ministério da Saúde [Internet]. [cited 2025 May 15]. Available from: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2020/boletim-epidemiologico-vol-51-no34/view>
3. Viana I da S, Cursino EG, Miranda P da S, Silva LF da, Machado MED. Hesitação vacinal de pais e familiares de crianças e

- o controle das doenças imunopreveníveis. *Cogitare Enfermagem*. 2023;28.
4. Fernandes EG, Percio J, Maciel ELN. Cobertura e hesitação vacinal no Brasil: inquérito revela a realidade e oferece subsídios para a Política Nacional de Imunizações. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2024;33(spe2).
5. Nascimento LMD, Araújo AC de M, Souza PCA de, Matozinhos FP, da Silva TPR, Fernandes EG. Estratégia do Ministério da Saúde do Brasil para aumento das coberturas vacinais nas fronteiras. *Revista Panamericana de Salud Pública*. 2024 Apr 29;48:1.